ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA

GABINETE DO PREFEITO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2025- DISPÕE SOBRE
PROCEDIMENTOS RELATIVOS À EMISSÃO DA NOTA FISCAL DE
SERVIÇOS ELETRÔNICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2025 DE 20 DE AGOSTO DE 2025.

DISPÕE SOBRE PROCEDIMENTOS RELATIVOS À EMISSÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO FAZENDÁRIA, no uso das suas atribuições que lhe confere o art. 101, da Lei nº 984/2017 e com fundamento no art. 1º da Lei Municipal nº 780, de 07 de janeiro de 2011 e art. 16 do Decreto Municipal nº 526/2025.

RESOLVE:

Art. 1º A Nota Fiscal, documento fiscal referente ao registro dos fatos geradores do Imposto Sobre Serviços – ISS, previstos na Tabela II, anexa à Lei Complementar Municipal nº 912/2014 será emitida por prestador de serviço estabelecido no Município de Xinguara, sempre que executar a prestação de serviço.

§ 1º A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica deverá ser emitida digitalmente em sistema da Prefeitura por meio do aplicativo disponibilizado na Internet, no endereço eletrônico <https://xinguara-pa.desenvolvecidade.com.br/nfsd/home.jsf>.

§ 2º A emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica não dependerá de Autorização de Impressão de Documentos Fiscais – AIDF.

§ 3º São facultados o credenciamento e o acesso mediante a utilização de certificado digital de qualquer estabelecimento do prestador, ainda que localizado fora do Município, emitido por Autoridade Certificadora integrante da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, que não tenha sido revogado e que esteja dentro de seu prazo de validade.

§ 4º Qualquer pessoa física ou jurídica poderá acessar o portal da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica e consultar a autenticidade de qualquer documento emitido pelo sistema, inclusive por meio do Qr Code.

Art. 2º Os prestadores de serviços, pessoa jurídica ou pessoa física a esta equiparada, são obrigados a emitir Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - Série Única, por ocasião da prestação de serviço, independentemente da incidência do ISS.

Parágrafo único. O Microempreendedor Individual - MEI deverá obrigatoriamente emitir a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica para todas as prestações de serviços realizadas para pessoas jurídicas.

Art. 3º Ficam obrigados a realizar o Recadastramento Eletrônico e o Credenciamento para acesso ao Sistema de Nota

Fiscal de Serviços Eletrônica, todas as pessoas jurídicas de direito público e privado, prestadoras e tomadoras de serviços, responsáveis e substitutos tributários nos termos da legislação municipal.

§ 1º Também ficam obrigados ao cadastramento e credenciamento para acesso ao Sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica da Prefeitura e escrituração dos serviços, os prestadores e tomadores de fora do município, quando estes prestarem ou tomarem os serviços, descritos nos subitens 3.05, 7.02, 7.03, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.11, 7.12, 7.14, 7.15, 7.16, 7.17, 11.01, 11.02, 11.04, 16.01, 17.05, 17.09, o item 12, exceto o subitem 12.13, bem como no subitens 4.22, 4.23, 5.09, 15.01, 10.04, 15.09, 3.03 e 22.01, constante na Tabela II, anexa à Lei Complementar Municipal nº 912/2014 - Código Tributário Municipal do Município de Xinguara.

§ 2º A obrigação do cadastramento, credenciamento e escrituração, pelo prestador de serviços de fora do município, nas hipóteses da prestação de quaisquer dos serviços previstos no parágrafo anterior, deverá ser feita independente se o tomador seja ou não cadastrado no município de Xinguara.

§ 3º As pessoas jurídicas de direito público ou privado, não estabelecidas no município, ficam obrigadas ao cumprimento das obrigações de que trata o §1º deste artigo, no prazo de 5 dias úteis anteriores ao início da prestação do serviço no município de Xinguara, sob pena de multa nos termos da legislação em vigor.

§ 4º As pessoas jurídicas estabelecidas no município, previstas no *caput* deste artigo, que não realizarem o recadastramento e o credenciamento nos prazos previstos nesta Instrução Normativa, ficam sujeitas à multa nos termos da legislação em vigor.

Art. 4º Para cumprimento das obrigações previstas nos artigos 1º, 2º e 3º desta Instrução Normativa deverão ser observados os prazos previstos no cronograma a seguir:

I - Credenciamento e Recadastramento Eletrônico: Até 30/09/2025 - Pessoas Jurídicas de Direito Público e Privado Tomadoras de Serviços - Empresas Comerciais e Industriais e os Órgãos Públicos Estaduais, Municipais e Federais, inclusive as empresas Optantes do Simples Nacional, Microempreendedor Individual - MEI, Autônomos e demais prestadores de serviço no município;

II- Escrituração da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica e demais documentos fiscais, Emissão de Guias de ISS Retido na Fonte poderão ser realizados a partir da publicação desta Instrução Normativa - Pessoas Jurídicas de Direito Público e Privado, Tomadoras de Serviços - Empresas Comerciais e Industriais e os Órgãos Públicos Estaduais, Municipais e Federais, inclusive as empresas optantes do Simples Nacional e Microempreendedor Individual - MEI.

III – entre 06/10/2025 e 10/10/2025 – Curso para Servidores Públicos e de Empresas Prestadoras e Tomadoras de Serviços, inclusive os Optantes do Simples Nacional

IV – entre 06/10/2025 e 10/10/2025 – Curso para Contadores de Empresas Prestadoras e Tomadoras de Serviços, inclusive os Optantes do Simples Nacional e MEI, com a participação dos Servidores Públicos.

V – até 30/10/2025 – Web Service e Recibo Provisório de Serviços - RPS para testes das empresas interessadas, para

adequação e integração dos sistemas.

§ 1º Os microempreendedores individuais - MEI já estabelecidos, poderão realizar o credenciamento e o recadastramento eletrônico até 30/09/2025.

§ 2º Os prazos previstos neste cronograma poderão ser prorrogados a critério da Secretaria Municipal de Gestão Fazendária.

§ 3º As empresas sujeitas ao regime de emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica que vierem a ser constituídas após o prazo determinado no inciso I deste artigo, deverão realizar apenas o credenciamento a fim de ser devidamente habilitada à emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica.

§ 4º O cadastro da pessoa física usuária do sistema poderá ser efetuado a partir de 01/09/2025.

§ 5º As notas fiscais geradas pelo sistema atual da prefeitura poderão ser emitidas até a data do deferimento do credenciamento no novo sistema da prefeitura denominado de Sistema da Nota Fiscal de Serviços Digital, não podendo ultrapassar o dia 30/09/2025, sob pena de multa, nos termos da legislação em vigor.

Art. 5º Ficarão obrigados a emitir Nota Fiscal de Serviços Eletrônica e/ou escriturar serviços tomados na plataforma de serviços digital, desde que não vedados nos termos do art. 6º, a partir do dia 01/10/2025, sob pena de multa nos termos da legislação em vigor, os contribuintes:

I - prestadores de serviços, inclusive os isentos ou imunes ao ISS, bem como as empresas comerciais e industriais que possuïrem atividades de prestação de serviços;

II - prestadores de serviços Optantes do Simples Nacional;

III - tomadores de serviços, responsáveis tributários e contribuintes substitutos do ISS, inclusive os órgãos públicos municipais, estaduais e federais nos termos da legislação vigente;

IV - prestadores de serviços constituídos na forma de MEI, nas prestações realizadas à Pessoas Jurídicas.

§ 1º A emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica das Pessoas Jurídicas constantes no inciso II do caput deste artigo deverá ser feita pela Plataforma de serviços digital, o qual registrará a receita bruta acumulada dos últimos 12 (doze) meses e a folha de salário, excluindo-se aquelas que ultrapassarem os limites previstos na legislação em vigor.

§ 2º O pagamento do ISS das empresas constantes do Item II e IV deste artigo deverá ser feito exclusivamente por meio do Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional - Declaratório - PGDAS-D da Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB, enquanto o faturamento não ultrapassar o sublimite estadual.

Art. 6º É vedada a emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica aos profissionais autônomos.

Parágrafo único. Os profissionais autônomos poderão emitir a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica Avulsa.

Art. 7º A emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica deverá iniciar-se na data do deferimento do credenciamento realizado pela Administração Tributária Municipal por meio da plataforma de serviços digital.

§ 1º O prestador poderá emitir a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica após o deferimento do credenciamento na plataforma de serviços digital, sendo vedada a emissão das notas fiscais no sistema antigo da Prefeitura Municipal de Xinguara após a data deste procedimento.

§ 2º Após o prazo previsto no parágrafo anterior será vedada a emissão de documentos fiscais em modelos anteriormente admitidos, ficando automaticamente cancelados.

§ 3º As notas fiscais não utilizadas em bloco ou em formulário contínuo deverão ser devolvidas na data do deferimento do credenciamento, para fins de baixa na respectiva Autorização de Impressão de Documentos Fiscais - AIDF e inutilização.

Art. 7º O acesso à plataforma de gestão dos tributos municipais deverá ser feito mediante cadastro de senha eletrônica, solicitação do credenciamento e do recadastramento realizados no portal <https://xinguara-pa.desenvolvedade.com.br/nfsd/home.jsf>.

Art. 8º A Administração Tributária Municipal poderá autorizar o acesso a plataforma de serviços digital mediante deferimento de senha WEB, formulada no portal <https://xinguara-pa.desenvolvedade.com.br/nfsd/home.jsf>, por:

I - Pessoa natural;

II- Pessoa Jurídica de direito público ou privado cadastrada na Secretaria Municipal de Gestão Fazendária;

III- Microempreendedor Individual - MEI;

IV - Pessoa Jurídica Optante pelo Simples Nacional e não compreendida nos incisos II e III.

§ 1º No caso do inciso I do caput, a senha eletrônica poderá ser desbloqueada:

I - Automaticamente, no momento que a pessoa física solicitar senha eletrônica pelo sistema;

II - Pela autoridade fiscal, mediante apresentação do formulário “Solicitação do Credenciamento e Realização do Recadastramento Eletrônico de Pessoa Jurídica”, conforme modelo apresentado no Anexo I, devidamente assinado, com firma reconhecida, no endereço nele indicado, acompanhado da documentação mencionada no formulário.

§ 2º O responsável legal das pessoas jurídicas de direito público e privado deverão, caso necessário, autorizar contabilista e/ou funcionário através do sistema para realizar procedimentos de escrituração, emissão de notas fiscais, emissão de guias de ISS próprio e retido na fonte, dentre outras tarefas a eles atribuídas.

§ 3º As cópias de documentos citados no inciso II do § 1º poderão ser eliminadas a qualquer tempo depois de desbloqueada a senha, a critério do titular da Secretaria Municipal de Gestão Fazendária.

§ 4º É dispensado o reconhecimento de firma em cartório do documento de identificação do responsável legal das pessoas jurídicas mencionadas nos incisos II, III e IV do artigo 8º, quando o formulário “Solicitação do Credenciamento e Realização do Recadastramento Eletrônico de Pessoa Jurídica” for assinado na presença do servidor que o recepcionar, o qual

reconhecerá a firma do signatário, quando a documentação for apresentada pelo próprio responsável legal.

Seção II Do Conteúdo e do Procedimento de Emissão

Art. 9º. A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica conterá as seguintes informações:

I - Quanto à identificação do prestador do serviço:

- a) nome ou razão social;
- b) inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;
- c) inscrição municipal;
- d) endereço;
- e) e-mail;
- f) telefone.

I - Quanto à identificação do tomador do serviço:

- a) nome ou razão social;
- b) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou no CNPJ;
- c) inscrição municipal, se houver;
- d) endereço;
- e) e-mail;
- f) telefone.

I - Quanto ao serviço prestado:

- a) discriminação do serviço;
- b) código do serviço conforme a tabela de Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE;
- c) valor total do serviço;
- d) valor da dedução, se houver;
- e) indicação de isenção, imunidade, suspensão por decisão judicial ou por procedimento administrativo, relativas ao ISS, quando for o caso;
- f) indicação de retenção de ISS na fonte, quando for o caso;
- g) indicação de tributação com base de cálculo fixa, ou pelo regime especial unificado instituído pela Lei Complementar Federal nº 123, de 2006 - Simples Nacional, quando for o caso;
- h) valor da base de cálculo, alíquota e valor do ISS apurado.

I - Outras indicações:

- a) numeração sequencial;
- b) código de verificação de autenticidade;
- c) data e hora da emissão;

d) número do Recibo Provisório de Serviços - RPS a que se refere, caso tenha sido emitido.

§ 1º Serão opcionais, a critério do tomador do serviço:

I - As informações referidas no inciso II do caput, no caso em que o tomador for pessoa física;

II - O e-mail do tomador, se pessoa jurídica, exceto quando o tomador for responsável ou substituto tributário.

§ 2º O Anexo II apresenta o modelo da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica.

§ 3º É vedado inserir na Nota Fiscal de Serviços Eletrônica qualquer dos dados indicados nas alíneas “a” a “f” do inciso II do caput:

I - Se pertencentes a tomador diverso do verdadeiro;

II - Nos casos de prestação de serviços que impliquem a emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica nos regimes especiais de que tratam os §§ 4º a 12 do artigo 11.

§ 4º O desrespeito à vedação de que trata o § 3º será considerado declaração falsa e crime de sonegação fiscal, nos termos do artigo 1º e 2º da Lei nº 8.137 de 27 de dezembro de 1990.

§ 5º Será considerado declaração falsa e crime de sonegação fiscal, nos termos do artigo 1º e 2º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, a inserção de informações inexatas ou incorretas nas alíneas “a” a “h” do inciso III do caput deste artigo.

Art. 10. Sem prejuízo do disposto no artigo 9º, a concessionária e as permissionárias de serviços funerários no Município deverão incluir, no campo “discriminação dos serviços” da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica as seguintes informações:

I- Quanto à pessoa falecida:

- a) nome;
- b) endereço;
- c) local do óbito;
- d) local do sepultamento.

I - A quantidade, o preço unitário e o valor, dos seguintes serviços:

- a) fornecimento de caixão, urna ou esquife;
- b) aluguel de capela;
- c) primeiro transporte do corpo cadavérico;
- d) segundo transporte do corpo cadavérico;
- e) desembaraço da certidão de óbito;
- fornecimento de véu, esse e outros adornos;
- e) embalsamamento, embelezamento ou restauração;
- f) tanatopraxia;

g) outros serviços (discriminar).

Art. 11. A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica será emitida e armazenada digitalmente no sistema após a validação das informações transmitidas pelo prestador de serviços.

§ 1º Será emitida uma Nota Fiscal de Serviços Eletrônica para cada serviço prestado, de acordo com o código de serviço definido na Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE.

§ 2º A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica emitida deverá ser impressa em via única e entregue ao tomador do serviço ou ser enviada a este por e-mail, a seu critério.

§ 3º Na prestação de serviços de construção civil, a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica deverá conter a indicação do código no Cadastro Específico no Instituto Nacional de Seguridade Social - CEI/INSS, no Cadastro Nacional de Obras - CNO/INSS ou, na falta destes, o código da obra emitido pela Secretaria de Obras e Infraestrutura Urbana, ou ainda, o número do registro da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART emitido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA.

§ 4º Os prestadores de serviços de ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior; instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza, inclusive de autoescola, descritos no item 8 e os subitens 8.01 e 8.02, bem como os serviços previstos no item 6 Tabela II, anexa à Lei Complementar Municipal nº 912/2014 - Código Tributário Municipal, deverão emitir uma Nota Fiscal de Serviços Eletrônica para cada aluno ou usuário dos referidos serviços.

§ 5º As disposições dos §§ 1º e 2º não se aplicam, devendo a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica ser emitida em REGIME ESPECIAL, sem identificação dos tomadores de serviço, segundo regras específicas e diferenciadas, quando se tratar da prestação de serviços de:

I - Transporte público coletivo rodoviário e aquaviário de passageiros, prestados por permissionárias e concessionárias;

II - Venda de bilhetes e demais produtos de loteria;

III - Reprografia, cujo valor seja inferior a R\$ 10,00 (dez reais), quando o tomador do serviço for pessoa física;

IV - Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;

V - Boates, casas de shows, parques de diversões, motéis, *Lan House* e similares, pensões, fotos e revelação;

VI - Aos prestadores dos serviços de cartório de registros público e notas;

VII - Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.

§ 6º No caso do inciso I do § 5º, deverá ser emitida uma Nota Fiscal de Serviços Eletrônica por linha por dia, informando-se, no campo "Discriminação dos serviços":

I - O número da linha ou origem e destino da viagem;

II - A data da prestação dos serviços;

III - O número de passageiros pagantes, veículos e máquinas transportadas no dia;

IV - O número de gratuidades no dia.

§ 7º No caso do inciso II do § 5º, deverá ser emitida uma Nota Fiscal de Serviços Eletrônica por mês, informando-se, no campo "Discriminação dos serviços":

I- Mês da prestação dos serviços;

II- A quantidade de bilhetes e demais produtos lotéricos vendidos no mês;

III- Demais serviços realizados como cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquina de atendimento, fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento, emissão de carnês, ficha de compensação, impressos e documentação em geral.

§ 8º No caso do inciso III do § 5º, deverá ser emitida uma Nota Fiscal de Serviços Eletrônica por dia, informando-se, no campo "Discriminação dos serviços":

I - A data da prestação dos serviços; e

II - A quantidade, nessa data, de serviços prestados a pessoa física cujos valores totalizaram menos do que R\$ 10,00 (dez reais).

§ 9º A emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica nos termos do § 8º não elide a obrigação do prestador de emitir Nota Fiscal de Serviços Eletrônica nos termos dos §§ 1º e 2º para os serviços cujo valor seja igual ou superior a R\$ 10,00 (dez reais) e para os que tenham sido prestados para pessoas jurídicas.

§ 10. As pessoas jurídicas especificadas no inciso IV do § 5º do artigo 12 deverão emitir a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao fato gerador do ISS, informando-se, no campo "Discriminação dos Serviços":

I - O mês de referência do imposto;

II- A data da emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica;

III- A discriminação do serviço nos termos especificados nos subitens constantes na Tabela II, anexa à Lei Complementar Municipal nº 912/2014 - Código Tributário Municipal;

IV- Quantidade e valor, nesse período, de serviços prestados, constantes nos subitens da Tabela II, anexa à Lei Complementar Municipal nº 912/2014 - Código Tributário Municipal;

V- O valor do saldo do mês de competência e valor do ISS a recolher, constantes nos subitens Tabela II, anexa à Lei Complementar Municipal nº 912/2014 - Código Tributário Municipal;

§ 11. As pessoas jurídicas especificadas no inciso V do § 5º do artigo 11 deverão emitir uma Nota Fiscal de Serviços Eletrônica referente a cada dia da ocorrência dos fatos geradores do ISS, informando-se, no campo "Discriminação

dos Serviços”:

I- O número de tomadores de serviços em cada dia;

II - A data da prestação dos serviços;

III - Demais características necessárias para identificar os fatos geradores das respectivas atividades econômicas.

§ 12. No caso de boates e casa de shows, deverá especificar o nome do artista ou atração, quantidade de ingressos vendidos e local da realização do show. Para estas atividades, a base de cálculo do imposto é o valor do faturamento da bilheteria incluindo as cortesias.

§ 13. Os serviços especificados no inciso VI do § 5º do artigo 11 deverão emitir uma Nota Fiscal de Serviços Eletrônica referente a cada dia da ocorrência dos fatos geradores do ISS informando-se, no campo "Discriminação dos Serviços”:

I - O número de tomadores de serviços em cada dia;

II - A data da prestação dos serviços;

III - Quantidade e especificação sintética dos serviços prestados.

§ 14. O serviço prestado pelas pessoas jurídicas especificadas no inciso VI do §5º do artigo 11 quando prestados para pessoas jurídicas deverão ser escriturados em nota fiscal individual para cada tomador de serviço.

§ 15. Nos casos de que tratam os §§ 5º a 9º, § 11, § 12 e § 13, deste artigo, a uma Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, ou o RPS correspondente, deverá ser emitida até o segundo dia útil após a data da prestação dos serviços, não podendo essa emissão ultrapassar a data do vencimento do respectivo ISS.

Art. 12. Na impossibilidade de conexão imediata com o sistema para emissão da uma Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, ou nos casos de que trata o § 6º deste artigo, o prestador de serviços deverá emitir Recibo Provisório de Serviços - RPS conforme modelo constante no Anexo III, cujas informações serão posteriormente transmitidas ao sistema para conversão em uma Nota Fiscal de Serviços Eletrônica.

§ 1º O RPS será emitido em duas vias de igual teor, sendo uma delas entregue ao tomador do serviço e a outra mantida pelo prestador até a conversão em uma Nota Fiscal de Serviços Eletrônica.

§ 2º Será emitido um RPS para cada serviço prestado, de acordo com o código da Tabela CNAE.

§ 3º A data de emissão do RPS será a da efetiva prestação do serviço.

§ 4º Para efeito de cálculo do ISS, será considerada como data de ocorrência do fato gerador a da emissão do RPS.

§ 5º Quando se tratar de prestação de serviços que impliquem a emissão da uma Nota Fiscal de Serviços Eletrônica nos regimes especiais de que tratam os §§ 5º a 9º, §11, §12 e §13 do artigo 11, não se aplicam as disposições dos §§ 1º a 3º, sendo o RPS, se admitida sua emissão, disciplinado pelas mesmas regras dispostas para a uma Nota Fiscal de Serviços Eletrônica correspondente, no que se refere a conteúdo e prazo para emissão.

§ 6º Além dos casos de impossibilidade de conexão imediata de que trata o *caput*, será admitida a emissão de RPS quando o contribuinte dispuser de sistema informatizado que permita a comunicação direta com o aplicativo de que trata o § 1º do artigo 1º, via web services.

Art. 13. O RPS terá formato livre, devendo conter as seguintes informações:

I - A expressão “Recibo Provisório de Serviços - RPS”;

II - Numeração em ordem crescente sequencial;

III - Identificação da série alfanumérica, no caso de o prestador utilizar, simultaneamente, mais de um talonário ou equipamento emissor de RPS;

IV - Data de emissão;

V - Identificação do prestador do serviço, conforme inciso I do artigo 9º;

VI - Identificação do tomador do serviço, conforme inciso II do artigo 9º, observado o § 1º do mesmo artigo;

VII - Informações quanto ao serviço prestado, conforme inciso III do artigo 9º;

VIII - A mensagem: "*Obrigatória a conversão do RPS em uma Nota Fiscal de Serviços Eletrônica até o 8º (oitavo) dia do mês subsequente ao da competência*". Para consultar o RPS acesse o Portal <https://xinguara-pa.desenvolvecidade.com.br/nfsd/home.jsf>.

§ 1º O RPS será confeccionado pelo prestador sem necessidade de autorização prévia.

§ 2º No interesse da fiscalização, a Administração Tributária poderá instituir procedimentos para controle do RPS.

§ 3º Na situação prevista no § 2º do artigo 3º, os RPS emitidos a partir da data de início de emissão de uma Nota Fiscal de Serviços Eletrônica deverão observar a numeração sequencial dos documentos que forem convertidos.

Art. 14. A conversão do RPS em uma Nota Fiscal de Serviços Eletrônica deverá ser efetivada até o dia 8 (oito) do mês subsequente ao da competência.

§ 1º considera-se mês de competência:

I - O mês em que o serviço for executado;

II - O mês em que houver o pagamento do serviço, na hipótese de previsão de retenção do ISS pelos órgãos públicos.

§ 2º A falta de conversão do RPS em Nota Fiscal de Serviços Eletrônica ou conversão fora do prazo sujeitará o infrator à penalidade prevista no inciso IV do artigo 146 da Lei Municipal nº 912/2014.

Art. 15. A conversão do RPS na respectiva Nota Fiscal de Serviços Eletrônica será feita diretamente no sistema ou por transmissão em lotes de RPS.

§ 1º A cada Recibo Provisório de Serviços - RPS corresponderá uma Nota Fiscal de Serviços Eletrônica.

§ 2º A numeração dos lotes de RPS será de responsabilidade do prestador de serviços, devendo ser única e distinta para cada lote.

§ 3º A transmissão dos RPS em lotes gerará um número de protocolo de recebimento pelo sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica.

§ 4º Após o processamento dos lotes, o sistema disponibilizará o resultado, que poderá apresentar as Notas Fiscais de Serviços Eletrônica correspondentes aos RPS transmitidos ou a lista de inconsistências detectadas.

§ 5º Uma única inconsistência nos dados transmitidos acarretará a rejeição de todo o lote de RPS.

§ 6º A correção de eventuais inconsistências nos dados transmitidos deverá ser efetuada no prazo definido no artigo 14 desta Instrução Normativa.

§ 7º Os RPS cancelados deverão ser guardados por 05 (cinco) anos contados da data de sua emissão.

Art. 16. Na plataforma de serviços digital na Internet serão divulgados os canais para que o tomador comunique à Administração Tributária:

I - A recusa, por parte do prestador, do fornecimento da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica ou do RPS quando for o caso;

II - A não conversão do RPS em Nota Fiscal de Serviços Digital;

III - A conversão do RPS em Nota Fiscal de Serviços Eletrônica fora do prazo;

IV - A conversão em Nota Fiscal de Serviços Eletrônica em desacordo com o RPS emitido;

V - O manifesto do tomador, autorizando o cancelamento de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica;

Art. 17. A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica poderá ser cancelada pelo emitente por meio do aplicativo mencionado no § 1º do artigo 1º desta Instrução Normativa, antes do pagamento do imposto correspondente e dentro do mês da competência da emissão da referida Nota Fiscal de Serviços Eletrônica.

§ 1º O cancelamento de que trata o caput deste artigo, dar-se-á, somente, após confirmação mediante manifesto do tomador, através do seu domicílio tributário que, dará ciência e aceite do cancelamento da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica.

§ 2º O cancelamento de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica após o pagamento ou após o prazo citado no caput poderá ser solicitado por meio de processo administrativo fiscal.

Art. 18. A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica poderá ser consultada e impressa a qualquer tempo por meio do aplicativo referido no § 1º do artigo 1º, observado o prazo máximo de 05 (cinco) anos contados da data da emissão.

Parágrafo único. Transcorrido o prazo mencionado no caput, a consulta às Notas Fiscais de Serviços Digital somente poderá ser realizada mediante solicitação de arquivo em meio digital ao órgão responsável pela administração do ISS.

Art. 19. O ISS devido pelos prestadores de serviços emitentes da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica será apurado por meio do portal <https://xinguara-pa.desenvolvecidade.com.br/nfsd/home.jsf>.

§ 1º O valor do ISS relativo a cada período corresponderá ao somatório dos valores do imposto referentes a cada Nota Fiscal de Serviços Eletrônica emitida nesse período.

§ 2º Para efeito do disposto no § 1º, no resultado do cálculo do imposto referente a cada nota serão desprezados os algarismos a partir da segunda casa decimal inclusive.

§ 3º Não se aplica o disposto neste artigo aos optantes pelo regime do Simples Nacional nem aos prestadores tributados a partir de base de cálculo fixa ou estimada.

Art. 20. O pagamento do ISS referente a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica deverá ser efetivado até o dia 10 (dez) do mês seguinte ao mês de competência, exceto na hipótese do parágrafo único do artigo 5º.

§ 1º Na hipótese em que a data de que trata o caput não corresponder a dia útil, o vencimento do prazo passará para o primeiro dia útil posterior a essa data.

§ 2º Nos casos em que a legislação obriga a retenção do ISS na fonte, o recolhimento do valor do imposto devido será efetuado até o dia 10 (dez) do mês seguinte ao da retenção.

§ 3º O disposto no caput também se aplica a pagamento referente a serviço declarado cujo tomador seja responsável pela retenção do imposto.

§ 4º O disposto no caput não se aplica a pagamento do imposto:

I- Devido por prestador de serviços optante pelo regime do Simples Nacional, que deverá ser pago no prazo do próprio regime.

II - Devido por prestador de serviços optante pelo regime do Microempreendedor Individual.

§ 5º Os responsáveis tributários não emitentes de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica deverão cadastrar-se no sistema para fins de emissão do Documento de Arrecadação Municipal - DAM a ser utilizado no pagamento do ISS retido, devendo fazê-lo até o dia de vencimento do prazo para o pagamento relativo à Nota Fiscal de Serviços Eletrônica recebida com retenção do imposto, sob pena de multa, conforme legislação em vigor.

Art. 21. Os prestadores de serviços autorizados a emitir a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica deverão declarar, por meio do aplicativo referido no § 1º do artigo 1º, os serviços tomados a partir do primeiro dia do deferimento do credenciamento, de prestadores não emitentes desse documento fiscal, inclusive dos localizados fora do Município.

§ 1º Aplica-se o disposto no caput deste artigo aos responsáveis tributários citados no parágrafo 4º do artigo 20, com relação aos serviços tomados a partir do dia 01/10/2025.

§ 2º A declaração de que trata o caput deverá ser prestada até o dia 10 (dez) do mês seguinte ao mês de competência dos serviços tomados, mesmo que os serviços sejam objeto de

retenção do ISS, observado o disposto no § 1º do artigo 14 desta Instrução Normativa.

§ 3º A falta da declaração no prazo estabelecido, ou das correções ou complementações exigidas, sujeitará o obrigado à penalidade prevista na legislação.

§ 4º Exclui-se da obrigação de que trata o caput a declaração de serviços:

I - Tributados pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), de competência estadual;

II - De empresas concessionárias, subconcessionárias e permissionárias de serviços públicos de energia elétrica, telecomunicações, gás, saneamento básico e distribuição de água;

III - De exploração de rodovia, mediante cobrança de preço ou tarifa;

IV - De táxi;

V- De transporte, coleta, remessa ou entrega de bens ou valores, emitidos pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e suas agências franqueadas;

VI- De transporte coletivo de passageiros, prestados por permissionárias e concessionárias;

VII- De venda de bilhetes e demais produtos de loteria; e

VIII De exploração de banheiros públicos.

Art. 22. Independentemente do recebimento da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica com retenção do ISS, os prestadores de serviços referidos no § 5º do artigo 11 e os responsáveis tributários pessoas jurídicas não emitentes de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica deverão declarar os serviços tomados a partir de 01/10/2025, por meio do aplicativo referido no § 1º do artigo 1º.

§ 1º Para fins da obrigação referida no caput, os prestadores de serviços e os responsáveis tributários ali mencionados deverão efetuar o seu credenciamento e o cadastramento no sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica conforme estabelece o cronograma de implantação.

§ 2º Aplica-se à obrigação prevista no caput o disposto nos §§ 2º e 3º do artigo 21.

Art. 23. As Notas Fiscais de Serviços Eletrônica emitidas e recebidas, os dados fornecidos para emissão dos respectivos documentos de arrecadação, as relações de serviços tomados de que tratam os artigos 21 e 22, assim como quaisquer outras informações prestadas na plataforma de serviços digital da constituirão declarações do sujeito passivo relativamente à sua situação econômica e fiscal.

Art. 24. Ficam cancelados para os prestadores de serviços autorizados a emitir Nota Fiscal de Serviços Eletrônica os regimes de estimativas para pessoas jurídicas anteriormente fixados.

Art. 25. Os contribuintes do ISS obrigados à emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica são obrigados a afixar nos seus estabelecimentos, em local visível ao público, junto ao setor de recebimento ou onde a Administração Tributária do Município

estabelecer, o Certificado de Credenciamento que contém a informação da obrigatoriedade de emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica conforme modelo constante no Anexo IV desta Instrução Normativa e que será enviado automaticamente ao contribuinte no momento do deferimento do credenciamento.

Art. 26. Ficam definidos ainda os seguintes documentos que serão emitidos pela Plataforma de serviços digital: Documento de Arrecadação Fiscal – DAM; Documento de Retenção na Fonte – DRF; Recibo de Retenção na Fonte - RRF e Alvará Digital, constantes nos Anexos V, VI, VII, VIII respectivamente.

Art. 27. O Deferimento do Credenciamento e a autorização para emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica fica condicionada a regularidade fiscal do contribuinte.

Art. 28. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Secretário de Gestão Fazendária, 20 de agosto de 2025.

BRUNO ASSUNÇÃO PAIVA

Secretário Municipal de Gestão Fazendária

Publicado por:

Diogo Silva Pereira

Código Identificador:16AE5B0A

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Pará no dia 09/09/2025. Edição 3833

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/famep/>